



O ministro Deni Schwartz, ladeado pelo secretário Murgel Branco (esq) e Roberto Capuano

Ministro diz que mudanças na CEF virão nos próximos dias

Da Reportagem Local

O ministro do Desenvolvimento Urbano Deni Schwartz anunciou, dia 23, "mudanças radicais na política da Caixa Econômica dentro de quinze dias", em entrevista coletiva na sede do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci), na rua Pamplona, zona sul de São Paulo. Entre estas mudanças estaria uma solução para o déficit de duzentos bilhões de cruzados do Fundo de Compensação das Variações Salariais, visando reestimular o investimento no mercado imobiliário.

Para o ministro, o congelamento não resolve o problema dos aluguéis: "Os novos inquilinos foram penalizados com a diminuição na oferta de imóveis. É necessário um equilíbrio entre o interesse de se investir e a proteção para o inquilino." Como contraponto às medidas que visam o aumento da oferta, o ministro do Desenvolvimento Urbano propõe que o valor venal dos imóveis sirva de balizamento para o seu aluguel máximo. "Seria uma forma de se municipali-

zar os aluguéis, uma vez que o valor venal é estabelecido pelas próprias prefeituras."

Em relação ao Sistema Financeiro da Habitação, o ministério está estudando duas medidas: incentivos fiscais para que os mutuários venham a saldar suas contas, e renegociação dos saldos dos mutuários. "Se não cobrarmos dos mutuários, o ônus recairá sobre a sociedade como um todo." O ministro disse também que ainda não foi encontrada uma solução para os que têm suas prestações reajustadas pela OTN, que não foi congelada, afirmando que é necessário esperar o andamento das medidas econômicas.

Sobre o déficit habitacional, Deni Schwartz disse que já foram liberados pela Caixa Econômica Federal 22 bilhões de cruzados em créditos rotativos para a construção de 168 mil casas populares (o plano de Funaro previa 250 mil habitações). Segundo ele, a solução do problema habitacional não se resume à construção de moradias: "A proposta do ministério é criar, via constituinte, mecanismos que penalizem via impostos ou desapropriação as áreas urbanas não aproveitadas."